

José Ronaldo Vieira *responde*

Coordenador do GIDJ-DF.



Conte um pouco de sua vida pessoal (onde nasceu, cresceu, onde estudou).

Nasci no Município de Nazarezinho no estado da Paraíba. Comecei a estudar lá em uma escola rural e segui meus estudos em Brasília, quando cheguei com 11 anos de idade. Estudei sempre em escolas públicas, primeiro em Ceilândia e depois em Samambaia e Núcleo Bandeirante. Morei 2 anos em Ceilândia e os demais em Samambaia, onde continuo morando juntamente com outros familiares. Em 2001, passei no vestibular para Biblioteconomia na Universidade de Brasília, onde me formei em 2005, mesmo ano em que fui nomeado para o meu atual emprego, no Superior Tribunal de Justiça.

Qual é a sua formação acadêmica?

Sou graduando em Biblioteconomia pela UnB e Especialista em Gestão do Conhecimento pela Universidade Metropolitana de Santos.

Conte um pouco sobre sua experiência profissional.

Antes de me formar e tomar posse no STJ, trabalhei 6 meses no Hospital das Formas Armadas, como técnico administrativo, 2 anos como estagiário na área de Biblioteconomia e 15 anos com vendedor ambulante.

Seu interesse na informação jurídica tem relação com seu trabalho ou você já tinha essa área em mente antes?

Não tinha esse interesse antes. Posso dizer que foi coisa do destino.

Baseado em sua experiência, de que modo percebe a área de informação jurídica, pelo menos no Distrito Federal, com relação a aspectos como: engajamento em ações específicas, atuação dos profissionais, padrão das bibliotecas, mercado de trabalho, pesquisas e avanços na área, entre outros aspectos que julga importantes ressaltar?

De um modo geral, acredito que falta mais especialização das bibliotecas e dos profissionais. A maioria das bibliotecas vem realizando um trabalho 'generalista', parecido, muitas vezes, com o perfil de uma biblioteca pública, realizando muitas outras coisas, desalinhadas às atividades de uma biblioteca especializada. Para mim, isso acontece por alguns motivos:

- 1) escassez de estudos que possibilitem aos profissionais conhecer melhor o público-alvo da biblioteca e o acervo que dispõe para atendê-lo;
- 2) escassez de estatísticas de uso do acervo por área de conhecimento e por tipo de usuário;
- 3) desenvolvimento de serviços e produtos para o público em geral, sem focar no público-alvo da biblioteca;
- 4) o plano de capacitação da unidade de informação não inclui o conhecimento jurídico como essencial para o desempenho das atividades do bibliotecário.

Os bibliotecários jurídicos precisam buscar mais capacitação em sua área, valorizar mais o que a literatura tem a lhes oferecer. Acredito que, se as bibliotecas brasileiras estivessem seguindo o que preceitua as *Cinco Leis de Ranganathan*, nós teríamos uma outra realidade hoje em termos de valorização das bibliotecas e bibliotecários no País. Os profissionais precisam ler mais, avaliar mais as atividades e serviços realizados e questionar/analisar o custo benefício do que vem sendo oferecido ao usuário.

Na quarta revolução industrial, o bibliotecário não será mais necessário para catalogar, indexar e recuperar informação. Isso pode ser feito muito melhor pela máquina. O bibliotecário precisa assumir a função de um cientista de dados. Diante do grande volume de informações disponíveis e de um público cada vez mais especializado, com

demandas cada vez mais pontuais e específicas, ele precisa saber o que será necessário disponibilizar e ofertar para preencher as lacunas informacionais desse público. Isso exige do bibliotecário um maior conhecimento da área em que atua, um maior conhecimento dos seus usuários e das fontes de informações disponíveis e, além disso, ele precisa desenvolver habilidades para lidar com uma grande massa de dados, especificamente para realizar análises estatísticas e tratamento de dados.

Você sempre foi associado à Associação dos Bibliotecários e Profissionais da Ciência da Informação do Distrito Federal (ABDF)?

Não. Sou filiado há 2 anos.

Você já atuou no movimento associativo?

Diretamente, na diretoria da ABDF, não. A partir de 2018, passei a coordenar o GIDJ-DF, que é um grupo de trabalho vinculado à ABDF.

O que te levou a se candidatar a Coordenador do Grupo de Informação e Documentação Jurídicas do Distrito Federal (GIDJ/DF), da ABDF?

A partir das discussões e conversas com colegas no 5º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas, realizado em Fortaleza, em 2017, decidi, junto com outros colegas de Brasília, trabalhar pela criação do GIDJ-DF. Não tinha pretensão nenhuma de ser coordenador do grupo. Queria apenas ver a iniciativa se concretizar. Porém, como outros colegas não podiam assumir a coordenação, eu me candidatei ao cargo. Encarei esse desafio porque tinha, na chapa, junto comigo, excelentes profissionais, como Maria Aparecida de Assis Marks, Cristiany Ferreira Borges e Roberta Penha e Silva Marins, concorrendo aos cargos de Vice-Coordenadora, Primeira Secretária e Segunda Secretária, respectivamente. Ainda, não tinha como fugir desse desafio sabendo que tínhamos, como membros do GIDJ-DF, Edilenice Passos e Maria Tereza Walter, profissionais reconhecidas e admiradas por todos, além de muito comprometidos com a causa e que já vem colaborando há anos com o movimento associativo. Quanto à eleição, como a chapa que concorreu à coordenação foi única, não foi difícil ganhar a disputa. Rss...

Qual foi sua primeira impressão ao ser eleito Coordenador do GIDJ-DF?

Apesar da importância do cargo, principalmente por se tratar da primeira coordenação do Grupo e das expectativas dos profissionais em relação ao que o GIDJ-DF poderia oferecer, assumi o cargo com tranquilidade por ter a colaboração e apoio de excelentes profissionais.

Quais foram as dificuldades encontradas? (Financeiras, de recursos humanos, etc.)

A principal dificuldade encontrada pelo GIDJ-DF foi a financeira. Depois do pessoal, o dinheiro não é tudo mas é quase tudo. A criação do site do grupo demorou quase um ano para sair porque tivemos que buscar apoio de voluntários porque não tínhamos dinheiro para pagar profissionais para realizar o trabalho. Para minimizar essa dificuldade, estamos planejando realizar ações que possam arrecadar recursos para o Grupo, como a realização de cursos.

Em relação aos recursos humanos, apesar do grupo contar com 30 membros, nem todos efetivamente atuam e participam das atividades do grupo. Se tivéssemos mais profissionais atuantes poderíamos fazer mais. No entanto, acredito que temos feito muito com os profissionais que vem trabalhando pelo GIDJ-DF, por isso, em nome da Coordenadoria, parabens todos os profissionais que vêm se empenhando e colaborando com as atividades do grupo.

Depois de mais de ano na Coordenação, por favor traduza o Grupo em números, dados, conquistas, avanços, dificuldades (quantos profissionais, quantas reuniões, quantos eventos, quantos trabalhos, quantas metas executadas)? Quais são as suas impressões? Quais dificuldades persistem? Surgiram outras dificuldades?

a) Histórico, ações e conquistas:

criação do GIDJ-DF: 12 de março de 2018, pela Portaria ABDF nº 1, de 7 de março de 2018.

eleição da Coordenadoria – Biênio 2018/2020: 25 de abril de 2018

criação de Grupos de Trabalho: em 13 de junho de 2018, foram criados cinco Grupos de Trabalho – GTs, que ficaram responsáveis por conduzir as ações do GIDJ-DF, tendo cada um deles um coordenador, escolhido pelos membros de

cada GT. Em janeiro de 2019, foi criado outro GT, que ficou responsável pela criação do repositório digital de informação e documentação jurídicas. A descrição de cada um dos GTs com o nome dos membros e coordenadores consta no *site* no GIDJ-DF, no *link*: <http://abdf.org.br/gidj/index.php/sobre/grupos-de-trabalho> criação da logomarca do Grupo: aprovada em 29 de outubro de 2018, a logomarca do grupo foi elaborada, de forma voluntária, pelo designer Eduardo Monteiro Pereira.

publicação do Regulamento do Grupo: 22 de novembro de 2018 – Resolução ABDF nº 1 de 21 de novembro de 2018.

criação de Plano de Marketing Digital: criado em outubro de 2018, o Plano de Marketing Digital define informações referentes ao trabalho de divulgação nos canais do GIDJ-DF, como: o que deve ser publicado; o público-alvo; os canais de divulgação; e as ferramentas de apoio.

lançamento das redes sociais: em 8 de dezembro de 2018, no Dia da Justiça, o GIDJ-DF iniciou sua participação no *Facebook* e *Instagram*.

realização do *Workshop* “A Inteligência Artificial aplicada às Bibliotecas”, em 26 de março de 2019, no Tribunal de Contas da União.

cadastro das bibliotecas jurídicas do DF: entre fevereiro e maio de 2019, o GIDJ-DF realizou pesquisa para identificar as bibliotecas jurídicas existentes no DF e coletar dados sobre essas unidades, como informações gerais, infraestrutura, recursos humanos, público-alvo e produtos e serviços oferecidos. Os dados da pesquisa estão disponíveis no *site* do grupo.

realização de estudo para conhecer o perfil do bibliotecário jurídico do DF: a pesquisa, conduzida pelo Grupo de Trabalho Formação do Bibliotecário Jurídico, composto por Maria Tereza Walter (coordenadora), Thiago Gomes Eirão e Lityz Ravel, foi realizada no período de 24 de maio da 30 de junho de 2019. Os objetivos principais da pesquisa são: definir um perfil de formação ideal, identificando as competências necessárias e/ou recomendadas para os bibliotecários jurídicos do Distrito Federal; e criar guia/manual sobre a formação acadêmica e competência profissional do bibliotecário jurídico. A pesquisa foi publicada na Revista Eletrônica da ABDF e na Cadernos de Informação Jurídica (Cajur).

organização do 6º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas, realizado nos dias 2 e 3 de outubro de 2019, em Vitória-ES. O GIDJ-DF participou da comissão organizadora do evento, tendo sido representado por Edilenice Passos, que, além de integrar a comissão organizadora, também participou da abertura e foi responsável pela condução dos trabalhos do evento.

b) Ações em andamento:

publicação da pesquisa sobre o perfil do bibliotecário jurídico do DF, descrita no item “a”, na Revista Eletrônica da ABDF e na Cajur.

criação do Repositório de Documentação e Informação Jurídicas – REDIJ, que visa preservar e promover o acesso à produção bibliográfica da área da Documentação e Informação Jurídicas.

realização de cursos/eventos voltados à capacitação dos profissionais que atuam em unidades de informação jurídica. Com essa iniciativa, além de promover a qualificação dos profissionais, pretende-se arrecadar recursos financeiros para o GIDJ-DF.

c) Números:

quantidade de membros: 32 profissionais inscritos, representando 12 bibliotecas jurídicas do DF;

reuniões realizadas: 10 reuniões ordinárias mais as reuniões realizadas por cada Grupo de Trabalho;

Redes sociais:

Facebook: 249 publicações, 586 seguidores; 573 curtidas.

Instagram: 225 publicações; 440 seguidores.

d) Pontos positivos:

vinculação do GIDJ-DF à ABDF, que já contém uma estrutura administrativa e jurídica para dar suporte ao Grupo;

engajamento dos participantes;

participação de profissionais com larga experiência no movimento associativo e na condução de trabalhos em grupos;

apoio dos gestores das bibliotecas à participação de seus profissionais no Grupo.

e) Pontos negativos:

escassez de recursos financeiros;

número reduzido de membros que efetivamente participam das reuniões e das atividades do Grupo;

pouca participação dos bibliotecários jurídicos nos estudos e pesquisas realizados pelo Grupo.

Qual foi o maior êxito da sua Coordenação do GIDJ-DF até 2019?

Como somos a primeira coordenação do grupo, o maior êxito foi a criação da estrutura necessária ao seu funcionamento: membros, regulamento, grupos de trabalho, redes sociais e *site*.

O GIDJ-DF tem fontes de recursos financeiros? Se tem, comente a respeito. Se não tem, isso dificulta as ações do Grupo? Se sim, por favor, explique de que maneira...

O GIDJ-DF é vinculado à ABDF, associação com pouco membros cuja arrecadação é irrisória para manter suas próprias atividades. Assim o grupo não tem fontes de recursos financeiros. Como eu havia dito no item anterior, nossa principal dificuldade é a financeira. A criação do *site* do grupo demorou quase um ano para sair porque tivemos que buscar apoio de voluntários porque não tínhamos dinheiro para pagar profissionais para realizar o trabalho. Há ações que o dinheiro é de extrema importância para sua realização. Para minimizar essa dificuldade, estamos planejando realizar ações que possam arrecadar recursos para o GIDJ, como a realização de cursos.

Na sua opinião, se o GIDJ-DF tivesse financiamento de empresas cujo mercado de trabalho é composto por bibliotecas, isso causaria algum tipo de desconforto ou comprometimento?

É cada vez mais difícil desconsiderar parcerias com empresas para condução de atividades do Grupo. O próprio governo tem feito isso com as parcerias público-privadas para o desenvolvimento de diversos projetos. Sou favorável ao financiamento de empresas em ações do GIDJ-DF desde que sejam respeitados os limites éticos e legais e que não haja prejuízos para os órgãos públicos, principalmente as instituições

representadas por membros do Grupo. Feito dessa forma, acredito que possíveis desconfortos ou falta de comprometimentos dos profissionais poderiam ser superados.

O GIDJ-DF trabalha em conjunto com os outros grupos jurídicos brasileiros?

Sim. A mais recente ação concreta feita em parceria com os outros grupos jurídicos foi a organização do 6º Seminário Nacional de Documentação e Informação Jurídicas, cujo trabalho foi apoiado por meio de interações realizadas entre os seus coordenadores por grupo do *WhatsApp*. A gestão do repositório de documentação e informação jurídicas, projeto que está sendo conduzido pelo GIDJ-DF, prevê também a colaboração dos outros grupos jurídicos. Porém precisamos fortalecer mais a parceria entre os grupos jurídicos pois a colaboração é fundamental para a implantação de ações mais eficientes e eficazes.

Quais são planos e metas para o futuro do GIDJ-DF?

Estamos trabalhando para tornar o GIDJ-DF um grupo de referência no Brasil e com forte influência na defesa e promoção de ações voltadas ao fortalecimento das bibliotecas jurídicas e à valorização dos seus profissionais.

Acredito que a implantação do repositório digital de documentação e informação jurídicas e a ampliação da parceria entre os grupos jurídicos são essenciais para o fortalecimento do GIDJ-DF e dos demais grupos jurídicos do Brasil.

Comente sobre outros aspectos do GIDJ-DF, grupos jurídicos, ou da Biblioteconomia Jurídica que não tenha sido perguntado anteriormente.

Para finalizar, gostaria de destacar que o apoio e participação de gestores de bibliotecas jurídicas nas ações do GIDJ-DF é de fundamental importância para o fortalecimento do Grupo e obtenção de melhores resultados para os profissionais e bibliotecas envolvidas.

Como citar esta entrevista:

JOSÉ RONALDO VIEIRA RESPONDE. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 105–112, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>.